

A vida sexual das adolescentes em Santana do Livramento e o provável silenciamento das escolas diante dessa iniciação precoce

Autora: Roselaine Pinto Kaube
Orientador: Guilherme Howes Neto

Resumo: A adolescência é uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase final de estruturação e a sexualidade se insere nesse processo. Devido a pouca divulgação dos órgãos educacionais em relação à vida sexual das jovens estudantes e o surgimento de alguns casos de gravidez precoce, manifesta-se a necessidade de analisar a que se deve o silêncio da escola em relação ao tema, na tentativa de encontrar estratégias de enfrentamento do problema. Esse artigo tem como objetivo tratar do silêncio da escola em relação à vida sexual das adolescentes e sua atuação diante do surgimento de uma gravidez precoce. O método dessa pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo deu-se através de uma revisão bibliográfica e entrevistas. Como resultado, foi percebido um silenciamento em partes, das escolas em relação à vida sexual das adolescentes; a participação positiva dos órgãos municipais da educação e da saúde diante de uma gravidez precoce; o desleixo do órgão institucional responsável em respaldar as escolas estaduais; a frágil relação de escola e família diante de uma gravidez precoce. Por fim, conclui-se que o grande obstáculo encontrado para diminuir o silenciamento da escola em relação à vida sexual das adolescentes e no surgimento de uma gravidez precoce, é a falta de envolvimento e de uma relação consolidada entre os atores envolvidos.

Palavras - chave: Silêncio, Escola, Vida sexual precoce, Gravidez na adolescência.

Resumen: La adolescencia es una etapa de la vida en la que la personalidad se encuentra en la fase final de estructuración y la sexualidad se inserta en este proceso. Debido a la escasa difusión de los organismos educativos sobre la vida sexual de las jóvenes estudiantes y la aparición de algunos casos de embarazo temprano, es necesario analizar por qué el silencio de la escuela en relación con el tema debe tratar de encontrar estrategias enfrentando el problema. Este artículo tiene como objetivo abordar el silencio de la escuela en relación con la vida sexual de las adolescentes y su desempeño ante la aparición de un embarazo precoz. El método de esta investigación cualitativa exploratoria y descriptiva se realizó a través de una revisión de la literatura y entrevistas. Como resultado, hubo un silenciamiento en partes de las escuelas en relación con la vida sexual de los adolescentes; la participación positiva de las agencias municipales de educación y salud ante el embarazo temprano; la flojedad del organismo institucional responsable de apoyar a las escuelas estatales; la frágil relación entre la escuela y la familia frente a un embarazo temprano. Finalmente, se puede concluir que el principal obstáculo encontrado para reducir el silenciamiento de la vida sexual adolescente en la escuela y la aparición de un embarazo temprano es la falta de participación y una relación consolidada entre los actores involucrados.

Palabras clave: Silencio, Escuela, Vida sexual temprana, Embarazo adolescente.

1. INTRODUÇÃO

Através dessa pesquisa buscou-se tratar do silêncio da escola em relação à vida sexual das adolescentes, onde a principal preocupação desse estudo qualitativo e descritivo são as consequências imediatas dessa iniciação precoce, que podem acontecer ou não, e entre elas, a gravidez na adolescência. Entende-se que a educação deve começar em casa, mas deve ser continuada dentro da escola, orientada pelos órgãos educacionais responsáveis em criar políticas públicas, de conscientização, informação e zelo pela integridade social. A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano em continuidade ao processo dinâmico

da evolução, a qual é evidenciada por grandes transformações, tais como, o crescimento biológico e as mudanças psicossociais e cognitivas (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Esta é a etapa da vida das adolescentes em que ocorre a puberdade, fase da adolescência em que se dá uma transformação hormonal e sexual. Os riscos são as possibilidades de ocorrência de danos ou agravamentos, por exemplo, casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o início precoce da atividade sexual, a gravidez não planejada sem qualquer orientação médica ou familiar, (MORAES; VITALLE, 2012).

Esse é um fenômeno com repercussões negativas, na medida em que implica riscos de saúde para mães e bebês, riscos de cuidados inadequados aos bebês e riscos de empobrecimento nas perspectivas de escolarização, trabalho e renda das adolescentes e suas famílias (DIAS; TEIXEIRA (2010) *apud* CRUZ., A. P. C., (2014, p.23).

Percebe-se que as adolescentes vivem rodeadas de informações, onde as mídias transmitem com frequência mensagens de manifestações relacionadas com a sexualidade, mesmo assim, essas jovens precisam ser estimuladas através de programas e/ou projetos que visem abordar o tema, evidenciando principalmente, no que diz respeito à sexualidade, prevenção, consequências e principalmente sobre as perspectivas de vida futura das mesmas. A mídia, porém, que é vinculada aos meios de comunicação, é uma fonte poderosa de informação, muitas vezes errônea, fazendo-se necessário, portanto, cuidado redobrado dos pais e educadores sobre o que os adolescentes estão buscando na Internet ou assistindo na TV (SANTOS; RUBIO, 2013).

Levando em conta a pouca divulgação dos órgãos educacionais em relação à vida sexual das jovens estudantes e o surgimento de alguns casos de gravidez precoce, com vistas a aprofundar os conhecimentos sobre o assunto, surgiu o seguinte questionamento: A que se deve o silêncio da escola em relação à vida sexual das adolescentes e como atua no surgimento de uma gravidez precoce?

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a que se deve o silêncio da escola em relação à vida sexual das adolescentes e sua atuação no surgimento de uma gravidez precoce, com ramificações evidenciadas em três objetivos específicos: analisar a atuação da escola na educação sexual das jovens; investigar a relação e atuação dos pais, mães e escola, quando no surgimento, de uma gravidez precoce; tentar entender a participação do órgão institucional responsável em dar um respaldo para as escolas municipais, do órgão municipal da saúde, do órgão institucional estadual da educação e das instituições públicas de ensino da rede municipal e da rede estadual de Santana do Livramento - RS, em um provável silenciamento, analisando se participam do mesmo e de que forma o fazem.

O diferencial dessa pesquisa em termos práticos é auxiliar de alguma forma as organizações pesquisadas, para que possam servir de respaldo no processo de informação sobre a vida sexual das adolescentes e na prevenção e minimização dos casos de gravidez na adolescência em Santana do Livramento.

Por isso a proposta de percorrer um caminho institucional, na busca por informações vindas através de seus representantes legais, como forma de detectar alguma ação formal desses órgãos em relação à vida sexual das adolescentes e quais medidas adotadas por estes, no que se refere ao tema central da pesquisa, gravidez na adolescência. Buscou-se a autorização desses órgãos para dar continuidade a essa pesquisa em outras instituições, e inclusive, buscando uma indicação de quais instituições públicas de ensino poderiam ser analisadas.

Vida sexual precoce e gravidez na adolescência podem ter uma ligação quase que imediata, por isso a necessidade desta pesquisa, como meio de averiguar esse tema, na tentativa de obter respostas para sanar as dúvidas, respostas essas, que revelem o porquê do fenômeno gravidez na adolescência continuar ocorrendo em pleno século XXI, seu crescimento ou diminuição, e em que proporção isso acontece.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Visando atender os objetivos dessa pesquisa e sabendo-se que a mesma busca tratar de um provável silêncio da escola em relação à vida sexual das adolescentes, levando em conta a gravidez na adolescência como principal preocupação, esse estudo qualitativo e descritivo baseia-se na fundamentação teórica de alguns autores, seus conceitos e definições.

2.1 Vida sexual precoce e gravidez na adolescência

Sabe-se que hoje há um exagero de estímulos cada vez mais cedo, e na fase adolescente isso não é diferente. Precisa-se atentar para as informações que chegam até as jovens, pois as mídias distribuem informações através das novelas, de músicas, filmes, jornais, internet, que podem surtir inúmeros efeitos, depende da forma que é assimilada. Se não houver informação e uma orientação adequada, a iniciação sexual precoce poderá causar prejuízos físicos e emocionais, aumentando os riscos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), e, até uma gravidez indesejada. É necessário atentar para os perigos de iniciar uma atividade sexual muito cedo.

Segundo Osório (1992), a adolescência é uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase final de estruturação e a sexualidade se insere nesse processo, é o momento que inicia a estrutura da identidade dos jovens. Na visão de Bock (2007), a adolescência como objeto de estudo científico, foi introduzida no século XX, no campo da psicologia.

De acordo com Witter e Guimarães (2008), os estudos já demonstravam que mesmo diante de tantas informações sobre métodos contraceptivos os jovens não os utilizavam por medo, por preconceito ou por crenças equivocadas sobre esses métodos. A gravidez na adolescência ainda está evidente, sendo assim, esse trabalho busca encontrar algumas respostas para esses casos envolvendo adolescentes grávidas.

2.2 Garantia de direitos através das políticas públicas

Na visão de Breus (2007), as políticas públicas são instrumentos de que dispõe o Estado, na forma de Administração Pública, para a realização dos Direitos Fundamentais sumariados na Constituição.

A verificação perante o Estado se faz necessária, para averiguar a criação de políticas públicas que é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, de acordo com (SECCHI, 2013).

A Lei 8.069/90 tem como prioridade o atendimento às crianças e aos adolescentes, através do serviço público, que formula, executa e destina recursos às políticas públicas (PP), pensados para serem distribuídos de maneira igualitária e efetiva, porém, as políticas para a juventude não surtiram um bom efeito, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente não teve uma boa eficiência na elaboração dessas políticas, nas três esferas do governo, com um agravante no âmbito municipal, por desconhecer os direitos dos jovens ou por políticas descontínuas e ineficazes.

Em 03 de janeiro de 2019 o então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, sanciona a Lei nº 13.798, instituindo novo artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 8º-A) com a criação da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser celebrada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro.

Em Santana do Livramento pouco se divulga sobre políticas públicas relacionadas às adolescentes, então através dessa pesquisa, encontra-se a possibilidade de alcançar órgãos institucionais e pessoas que possam colaborar com a mesma, dando um respaldo coerente sobre o assunto. Espera-se encontrar evidências sobre a criação e implementação de políticas públicas em Santana do Livramento, direcionadas à adolescência.

2.3 Pais e escola, orientação e apoio

Na adolescência as jovens sofrem inúmeras transformações psicossociais, por ser uma fase de transformação, de descobertas, conflitos internos e externos, fatores que podem contribuir para deixar as mesmas vulneráveis, com possibilidade de correrem alguns riscos. Conforme Moraes e Vitale (2012), são inúmeros esses riscos, entre eles pode-se destacar casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a iniciação precoce da sexualidade, uma gravidez não planejada, sem qualquer auxílio familiar ou médico.

Observa-se que alguns pais não estão ou não se sentem preparados para orientar seus filhos, e isso poderá ser resultado de uma educação reprimida que tiveram, pois o sexo vem sendo tratado como tabu entre as famílias. Nos dias de hoje a criança e o adolescente são mais informados e têm mais liberdade de dizer o que pensam, inclusive sobre a sexualidade que está presente em todas as fases da vida, baseado em Macedo et al. (2013), essa fase inicia-se no nascimento estendendo-se até a morte.

A partir desse estudo espera-se compreender o relacionamento das jovens grávidas com a escola e familiares, analisando se as mesmas possuem ou não, de forma concreta, o apoio desses atores envolvidos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para fundamentar esta pesquisa acerca da construção do conhecimento sobre um provável silenciamento da escola em relação à vida sexual das adolescentes e diante do surgimento de uma gravidez precoce, buscando coletar informações, inicialmente, através de uma revisão bibliográfica direcionada à questão-problema.

Decidiu-se ir a campo, buscando cumprir com a pesquisa dentro do pouco tempo hábil para isso. Conforme Martins et al. (2009), a completude de um Estudo de Caso poderá ser mostrada pelo cumprimento integral do planejamento do estudo dentro do tempo e espaços necessários.

No raciocínio de Goldenberg (2007, p. 33), “o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos”.

Optou-se por um roteiro de entrevistas elaborado, conforme a necessidade do estudo em questão, percorrendo um caminho institucional nos órgãos municipais da educação e da saúde, e no órgão estadual da educação, com agendamento antecipado para tal.

Foram feitas quatro perguntas aos representantes dos órgãos da educação municipal e estadual, a primeira para saber se existe alguma ação formal do órgão em relação à vida sexual das adolescentes; outra indagando de que maneira o órgão atua diante de uma gravidez precoce; a seguinte na tentativa de uma autorização para visitar e analisar algumas escolas; e a última buscando a indicação das escolas a serem analisadas, perguntas essas que estão contidas nos Apêndices A e B.

No órgão municipal da saúde fez-se duas perguntas, uma sobre a possibilidade de existir uma ação formal em relação à vida sexual das adolescentes e a outra buscando informações que mostrem de que maneira o órgão atua diante de uma gravidez precoce, (Apêndice C). Nos três órgãos institucionais, as respostas foram transcritas no ato, contando com o aval das entrevistadas.

A partir do caminho institucional, tornou-se possível chegar a duas escolas municipais e duas escolas estaduais, também com agendamento antecipado, onde inicialmente, foram entrevistadas as representantes legais dessas escolas. As entrevistas foram feitas com três perguntas, a primeira sobre a existência de uma ação formal do educandário em relação à vida sexual das adolescentes, a segunda para saber de que forma a escola atua diante de uma gravidez precoce e a terceira em busca de uma autorização para entrevistar os

profissionais atuantes nas escolas, jovens estudantes e também, pais e mães das escolas municipais e estaduais (Apêndices D e E). Registrou-se as informações adquiridas, no ato, com o consentimento das responsáveis.

Nas escolas analisadas, as adolescentes participantes da pesquisa, têm entre treze e dezessete anos, e cursam um dos três últimos anos do Ensino Fundamental (7º, 8º e 9º) ou dos três anos do Ensino Médio (1º, 2º e 3º). No total foram dez pessoas autorizadas a participar das entrevistas, entre elas alunas e professoras, que colaboraram com esse estudo respondendo quatro perguntas, a primeira buscando saber da existência ou não de um silenciamento da escola em relação à vida sexual das adolescentes, a segunda pedindo a explicação de que forma esse silenciamento ocorre, a terceira, indagando sobre a posição da escola diante de uma gravidez na adolescência e a quarta investigando a consolidação da relação entre escola e família, quando no surgimento de uma gravidez na adolescência, (Apêndice F).

Essa pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo teve como objetivo, investigar as ações das instituições da educação e da saúde em Santana do Livramento no âmbito municipal e estadual, em relação à vida sexual das adolescentes e no surgimento de uma gravidez precoce, investigando a possibilidade de existir um silenciamento vindo dessas instituições.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Visando a coleta de dados para respaldar esse estudo, e a autorização para dar continuidade a esta pesquisa em outras instituições, inclusive buscando uma indicação de quais poderiam ser analisadas, fez-se um primeiro contato com os órgãos através de um caminho institucional, procurando saber se os mesmos possuem uma ação formal em relação à vida sexual das adolescentes e quais medidas adotadas por estes, no que se refere à gravidez na adolescência.

Fez-se uma análise interpretativa a partir de uma revisão bibliográfica respeitando a opinião dos autores; das respostas obtidas nas entrevistas com as representantes legais dos órgãos municipais da educação e saúde, do órgão estadual da educação e das duas escolas municipais e duas escolas estaduais que colaboraram com a pesquisa, assim como, das respostas obtidas através das professoras e alunas das escolas pesquisadas.

Optou-se em registrar as informações logo após os primeiros contatos com a interpretação e análise dos fatos, como forma de proporcionar uma melhor organização na apuração de resultados.

Segundo Gil (2010), o processo de análise de dados tem por objetivo organizá-los de maneira que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema anteriormente proposto para investigação. Na visão do mesmo, a interpretação procura o sentido mais amplo das respostas, que é feito após a interpretação e ligação dos conhecimentos adquiridos anteriormente.

4.1 Órgãos da Educação e Saúde

O primeiro órgão institucional a ser analisado, está ligado à educação municipal, no qual houve uma facilidade na coleta de dados, apesar de no dia da entrevista, o órgão estar em reformas devido à troca de secretária e outros funcionários.

Foram feitas quatro perguntas à representante do órgão da educação municipal, a primeira para saber se existe alguma ação formal do órgão em relação à vida sexual das adolescentes; outra indagando de que maneira o órgão atua diante de uma gravidez precoce; a seguinte na tentativa de uma autorização para visitar e analisar algumas escolas; e a última buscando a indicação das escolas a serem analisadas, (Apêndice A).

A entrevistada com formação em Psicopedagogia e especialização na área de Orientação e Coordenação em Educação Sexual, também é a responsável pelo setor ligado a assuntos que envolvam adolescentes. Mostrou-se solícita ao colaborar com a pesquisa de forma clara e objetiva, relatando que existe sim uma ação formal do órgão no que se refere à vida sexual das adolescentes e gravidez precoce, pois a mesma que é responsável em tratar desses temas, participa do projeto Saúde na Escola, o qual tem uma parceria firmada com um órgão representante da saúde. Projeto esse de nível federal, que teve início no Brasil no ano de 2007, mas sua divulgação passou a ter ênfase no ano de 2013.

Na visão da entrevistada a educação inicia-se em casa, mas a escola tem como obrigação dar continuidade a isso, dessa forma os órgãos educacionais têm a responsabilidade em conscientizar, informar e zelar pelo bem estar de seus alunos.

Em Santana do Livramento, o projeto Saúde na Escola abrange vinte e seis instituições de ensino no âmbito municipal, podendo essas, entrar em contato com os integrantes do projeto para aconselhar-se sobre assuntos relacionados à saúde, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, drogas e também a gravidez. Além disso, o projeto conta com o auxílio das Unidades Básicas De Saúde (UBSs), que estão disponíveis para auxiliar conforme a demanda

A psicopedagoga relata que existe a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que é a metodologia que o enfermeiro dispõe para aplicar seus conhecimentos, técnico, científico e humano na prática profissional. Sua implementação humaniza o atendimento prestado e confere maior segurança aos pacientes e profissionais. Esse órgão recebe um bônus em dinheiro que é revertido às campanhas relacionadas à saúde, tanto em instituições da própria saúde, quanto na educação.

A responsável pelo setor explica que as escolas são visitadas por pessoas que fazem parte dessa parceria conforme a disponibilidade de tempo dos palestrantes e da necessidade dos educandários. Quando são procurados pela escola, os mesmos estudam a situação e, se necessário, a adolescente é encaminhada para o órgão Primeira Infância Melhor (PIM), que está preparado para receber e dar apoio.

Conforme as informações repassadas, existem casos que a escola busca ajuda, mas quando a família é comunicada e convidada a participar, simplesmente não aparece, prefere “abafar o caso”, retirando a adolescente da escola, e quando isso acontece, é acionado o Conselho Tutelar, pois certas medidas são tomadas por órgãos que possuem a competência para tal.

Com segurança, mostrou-se convicta ao indicar duas escolas municipais para serem analisadas, por serem duas escolas já participantes do projeto Saúde na Escola, inclusive com casos de gravidez precoce, e uma delas com o agravante de casos de sífilis.

A psicopedagoga relata a ocorrência de um caso de gravidez precoce com uma jovem de quatorze anos, onde a família assinou um termo de responsabilidade abrindo mão do apoio oferecido pelo projeto Saúde na Escola, pelo motivo da adolescente receber atendimento na vizinha cidade de Rivera, que inclui toda uma equipe médica que dá o suporte durante e após a gravidez, inclusive com certa quantia em dinheiro.

Deixa claro que quando ocorre uma situação ligada principalmente à sexualidade e gravidez na adolescência, o projeto disponibiliza-se a ajudar em todos os aspectos, mas no caso de negligência da família, imediatamente é acionado o Conselho Tutelar, que é o órgão responsável em tomar as decisões e providências cabíveis nessa situação.

Segundo a entrevistada, a escola deve considerar importante o tema saúde e dentro dele as ramificações que abrangem esse tema, incluindo-o no Projeto Político Pedagógico da escola, pois isso é uma ferramenta que facilita o acesso às informações e campanhas sobre o assunto, tornando possível a formação de parcerias com projetos, como o projeto Saúde na Escola.

A psicopedagoga reforça que é de extrema importância trabalhar diretamente com a juventude, e principalmente com temas como a iniciação sexual precoce e a gravidez na adolescência, buscando a família para participar junto através de palestras direcionadas ao assunto, pois cada jovem ao adentrar a escola, traz sua bagagem particular, seus problemas e suas dúvidas, e isso engloba também, o meio familiar.

A responsável pelo setor complementa que a adolescência é uma fase conturbada, onde as jovens sofrem transformações hormonais, sexuais e cognitivas, e em situação de gravidez precoce estão vulneráveis, sujeitas a depressão, ao uso de drogas e até mesmo a uma tentativa de aborto, o que pode acarretar problemas ainda maiores na vida dessa jovem.

É preciso abraçar essas jovens, chamá-las para o convívio social mostrando que a gravidez não é uma doença, que é sim uma fase na maioria das vezes indesejada, mal vista pela sociedade e muitas vezes até pela família que aparece depois que os fatos estão acontecendo, e muitas deixam claro o seu desinteresse diante da situação, sendo que, essa fase precisa ser vencida da melhor maneira possível, com muita calma, atenção e carinho.

O trabalho da escola precisa ser feito em conjunto com a família, caso contrário de nada vale, pois não surtirá o efeito desejado.

Segundo a entrevistada, existem poucas políticas direcionadas aos adolescentes, além disso, são descontínuas e ineficazes. Portanto, se faz necessária a criação e implementação de políticas públicas direcionadas à saúde dos jovens, como forma de obter melhorias na orientação e minimização de futuros problemas.

Após analisadas as informações percebeu-se o interesse do órgão municipal em relação ao tema proposto, pois existem ações em relação à vida sexual das adolescentes, visando uma gravidez precoce, inclusive respaldando as escolas municipais para amenizar o problema e envolvendo-se no processo de informação e orientação das escolas. Conforme dito pela psicopedagoga, reforça-se a necessidade de mais políticas públicas direcionadas à saúde na adolescência.

Na tentativa de fundamentar as incógnitas relacionadas a esse estudo, visitou-se o órgão institucional estadual também ligado à educação, onde foram feitas quatro perguntas à representante do órgão, a primeira para saber se existe alguma ação formal em relação à vida sexual das adolescentes; outra indagando de que maneira o órgão atua diante de uma gravidez precoce; a seguinte na tentativa de uma autorização para visitar e analisar algumas escolas; e a última buscando a indicação das escolas a serem analisadas, (Apêndice B).

A recepção também foi de uma psicopedagoga que afirmou não existir projeto direcionado a esse tema, pois isso parte da necessidade da escola, e sabe-se que mesmo quando situações de gravidez precoce ocorrem, os educandários procuram auxílio em órgãos direcionados à saúde. O órgão, em análise, é responsável em contratar os servidores estaduais, realizar concursos públicos, possuindo um trabalho bem direcionado à parte administrativa estadual.

A entrevistada não recebeu a carta de apresentação e não assinou a folha de registros da pesquisa, pois disse não possuir autonomia para tal, além de evitar comprometer-se ao repassar dados que contribuam com a pesquisa, mas deu o aval para o registro das poucas informações adquiridas.

Mesmo com pouca participação durante a entrevista, a psicopedagoga indicou dois educandários estaduais para serem analisados. O primeiro, situado ao lado do órgão pesquisado, que segundo ela possui casos de gravidez na adolescência. O segundo educandário indicado para análise, conta com horário vespertino possuindo um significativo fluxo de jovens adolescentes, o que no entendimento da entrevistada, poderia contribuir na coleta de dados para esse estudo.

Através das informações recebidas observou-se um desleixo por parte do órgão estadual da educação diante das incógnitas desse estudo, não possuindo vínculos de respaldo

às escolas estaduais quando o assunto é vida sexual precoce e gravidez na adolescência, pois segundo a entrevistada, o órgão institucional somente atende à parte administrativa estadual.

Dando seguimento ao caminho institucional, chegou-se ao terceiro órgão a ser analisado, desta vez, ligado à saúde municipal, onde fez-se duas perguntas, uma sobre a possibilidade de existir uma ação formal em relação à vida sexual das adolescentes e a outra buscando informações que mostrem de que maneira o órgão atua diante de uma gravidez precoce (Apêndice C).

A acolhida se fez através da responsável em atender mulheres que buscam por uma orientação, em assuntos ligados à saúde da mulher.

Com formação em enfermagem, mostrou-se solícita ao colaborar com a pesquisa, informando que trabalha com o projeto Saúde da Mulher.

No ato, conectou e disponibilizou a página do *Facebook*, Saúde da Mulher, onde foi possível verificar as ações feitas na cidade de Santana do Livramento, através do projeto, e inclusive, liberando fotos e imagens, se necessário, para serem usadas em prol desse estudo.

Logo, falou da existência do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), um órgão instituído no Brasil pelo Ministério da Saúde no ano de 2008, com o intuito de consolidar a Atenção Primária no país, tendo como alvo as ações direcionadas às famílias brasileiras.

A entrevistada afirma que o órgão em análise é uma ramificação da Secretaria Municipal de Saúde, e que esse espaço deveria estar em outro local junto à UBS central do município (que dá a atenção necessária aos casos de gravidez de alto risco, incluindo a gestação gemelar), mas devido à falta de espaço físico, essa ramificação dividiu-se em duas partes, sendo essa, responsável apenas em atentar para campanhas feitas pelo Ministério da Saúde, organizando palestras relacionadas à saúde em geral e também em atender pessoas do sexo feminino dos doze anos até a terceira idade, mas já se deparou com casos envolvendo meninas com menos de doze anos. Trabalha para dar um atendimento inicial em casos de violência contra a mulher, dependências de drogas, bullying, doenças sexualmente transmissíveis, e gravidez (inclusive na adolescência), entre outros.

Conforme a enfermeira, o órgão em análise recebe solicitação das escolas municipais, estaduais e também escolas particulares, além de grupos de mulheres que se unem para ajudar umas às outras na busca por palestras direcionadas às drogas, às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Também são feitos mutirões em algumas regiões do município, onde são disponibilizados exames iniciais para verificar a glicose, a pressão arterial e pesagem. Tudo isso com pouco investimento, pois o bônus vindo do SAE, Sistematização da Assistência de Enfermagem, precisa ser distribuído também, para atender casos vindos da educação.

Ao constatar uma situação de gravidez e por não possuir um espaço físico adequado para esse tipo de acompanhamento, encaminha a pessoa à Unidade Sanitária, onde fica a outra ramificação desse órgão que está apto para dar a atenção necessária.

De acordo com a entrevistada, a região do Armour também conta com uma UBS para atender casos de gravidez de risco, mas com um espaço físico bem menor, não suportando uma grande demanda, dessa forma, após o primeiro atendimento, a gestante passa a ser atendida na UBS da zona onde reside.

Analisando o tema principal da pesquisa, gravidez precoce, a entrevistada diz ser preocupante, pois na fase adolescente toda a gravidez é considerada de risco, pois o corpo não está preparado para mudanças bruscas, e nessa fase, podem ocorrer problemas como, a hipertensão arterial, diabetes, uso e dependência de drogas, além disso, algumas adolescentes procuram ajuda por estarem grávidas, mas na hora da conversa informal acabam revelando sua homossexualidade, que é um agravante, para a aceitação da nova vida que está a caminho, pois sua condição sexual não aceita a maternidade.

Mesmo em pleno século XXI a gravidez na adolescência ainda é vista como tabu, tanto em rodas de amigos, quanto nas escolas e famílias. Na maioria dos casos essa jovem passa a sofrer de depressão, afastando-se do convívio social, isolando-se principalmente no meio familiar, pois seu psicológico não consegue conviver com a indiferença, e muitas famílias tentam punir a adolescente, dando uma espécie de castigo, e em muitos casos chegando a abandoná-las totalmente.

A adolescente grávida necessita de apoio, de sentir-se segura, contando com um respaldo familiar e institucional, daí a necessidade das políticas públicas, direcionadas à saúde dos adolescentes. Em resumo, existem poucas políticas públicas que tratem de sexualidade e gravidez na adolescência, pois os focos mais divulgados são o preconceito racial, a homofobia, o *bullying*, e no momento atual o feminicídio.

A entrevistada luta por melhorias ligadas ao tema desse estudo, e através de uma negociação com o gestor da saúde municipal, busca uma maior divulgação de campanhas e palestras sobre iniciação sexual precoce e gravidez na adolescência, pois segundo ela, é de grande importância conscientizar, informar e zelar pelo bem estar dos nossos jovens, e principalmente das meninas adolescentes. Além disso, devido às transformações hormonais, está cada vez mais comum iniciar o ciclo menstrual, com menos de doze anos de idade, o que é um agravante no que diz respeito à iniciação sexual e as famílias precisam estar atentas a essas mudanças, para evitar transtornos futuros.

No mês de fevereiro já foi instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, mas os órgãos movimentam-se a passos lentos para “fazer acontecer”, falta mais divulgação para obter êxito.

Em geral, o mais importante é dar atenção e amor para a gestante, principalmente em fase adolescente, encaminhando a mesma para fazer todos os exames e acompanhamentos necessários durante e após a gravidez. Tentar uma ligação com os familiares mais próximos, buscando dessa forma reforçar o elo no âmbito familiar. Buscar apoio para a criação de Políticas Públicas, pois só assim teremos a possibilidade de orientar os jovens sobre os riscos de uma vida sexual precoce e a gravidez na adolescência.

Analisadas as informações vindas do órgão municipal da saúde, percebe-se o empenho do mesmo diante das dificuldades encontradas, principalmente na estrutura, pois tem que oferecer respaldo para uma demanda significativa de pessoas com pouco espaço físico e pouca ajuda financeira.

Através das informações repassadas pelos órgãos institucionais, percebe-se que no âmbito estadual o órgão educacional analisado, negligencia em relação aos acontecimentos internos que ocorrem nas escolas, e entre esses acontecimentos, estão a vida sexual das adolescentes e o surgimento de uma gravidez precoce.

Logo, pode-se afirmar que a nível estadual, a responsabilidade pela formação das crianças e dos adolescentes fica apenas no ambiente escolar ou nas mãos do professor, que sai à busca de auxílio no seio da família, ou em outras instituições, pois o órgão responsável em respaldar as escolas, atua de maneira invisível, respondendo de forma negativa, ao terceiro objetivo específico desse estudo.

Por sua vez, os órgãos municipais analisados, tanto da saúde quanto da educação, possuem ações formais fundamentadas em dar um auxílio à população, em especial às mulheres e principalmente às adolescentes no que diz respeito à vida sexual das mesmas ou no surgimento de uma gravidez precoce, e dessa forma, respondem positivamente ao terceiro objetivo específico descrito nesse trabalho, oferecendo um aporte para escolas e famílias, orientando e direcionando-as conforme suas necessidades.

Conforme as informações adquiridas através dos órgãos municipais, percebeu-se a necessidade de criar e implementar ainda mais, políticas públicas voltadas para a saúde na adolescência em especial as ligadas à vida sexual adolescente e à gravidez precoce, além de

uma maior divulgação das campanhas que falam sobre iniciação sexual e gravidez adolescente, como forma de orientar e minimizar o problema.

Buscando proporcionar uma visão panorâmica do cenário pesquisado, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 1: Caminho Institucional

Órgãos Analisados	Ação Formal	Respaldo ou Projeto	Ações	Contribuição para melhorias
Municipal/educação	Possui	Saúde na Escola	Órgão Institucional	Criar Políticas Públicas; dar respaldo à jovem gestante; chamá-las para o convívio social
Estadual/educação	Não possui	Não possui	Não há	Não opinou
Municipal/saúde	Possui	Saúde da Mulher	Palestras, atendimento inicial, encaminhamento para consultas	Dar atenção e amor para a gestante adolescente; criar Políticas Públicas

Fonte: elaborado pela autora, baseado na análise de resultados do caminho institucional percorrido.

4.2 Escolas Estaduais e Municipais

A pesquisa teve sua continuidade em duas escolas municipais e duas escolas estaduais, fazendo também entrevistas, na tentativa de obter respostas vindas dos representantes legais das mesmas, dos funcionários das escolas, de algumas jovens estudantes que cursem os 7º, 8º ou 9º anos do Ensino Fundamental ou os 1º, 2º ou 3º anos do Ensino Médio, além de tentar um alcance a pais ou mães de jovens estudantes.

Na 1ª Escola Pública Estadual, região central da cidade, a recepção foi através da supervisora que possui formação em Pedagogia e já está na escola a mais de dez anos.

Inicialmente, foram feitas três perguntas à entrevistada, a primeira sobre a existência de uma ação formal do educandário em relação à vida sexual das adolescentes, a segunda para saber de que forma a escola atua diante de uma gravidez precoce e a terceira em busca de uma autorização para entrevistar os profissionais atuantes nas escolas, jovens estudantes e também, pais e mães da escola.

Responsável em entrevistar cada aluno no início do ano letivo e ao fazer isso, já repassa informações e alertas sobre assuntos como as drogas, *bullying*, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e também a gravidez na fase adolescente, frisando aos alunos as possíveis consequências disso.

Na escola, os assuntos como sexualidade e gravidez na adolescência, são abordados superficialmente nas aulas de Biologia, não encontrando um respaldo do órgão que deveria coordenar as escolas estaduais. A escola “anda com suas próprias pernas”, quando precisa resolver um problema ligado a esses assuntos, encaminha a adolescente para o Conselho Tutelar que é o órgão competente para atuar em situações que envolvam crianças e adolescentes, a partir daí, a escola encerra sua participação.

Relata a supervisora que houveram três casos de gravidez precoce envolvendo estudantes da escola, em 2018, que as estudantes desistiram de estudar e nunca mais se teve notícias.

Segundo informação da supervisora, não há nenhum registro de casos de gravidez envolvendo alunas da escola, fato esse que vai contrário à informação dada pela psicopedagoga entrevistada no órgão estadual ligado à educação, que indicou a escola em questão para ser analisada, acreditando existirem casos de gravidez envolvendo adolescentes.

Não houve autorização para entrevistar as alunas e nem os pais e mães da escola, pois segundo, a gestora, as famílias não comparecem com frequência na escola, e prefere não envolver as alunas na pesquisa.

A entrevista foi feita com seis professoras do Ensino Médio, e quatro professoras do Ensino Fundamental.

De acordo com as respostas obtidas, seis dessas entrevistadas afirmam que não existe um silenciamento, em relação à vida sexual das adolescentes, pois a escola participa, junto aos alunos, desde o início de cada ano letivo, orientando, auxiliando e informando sobre os assuntos relacionados à saúde em geral dos alunos. Por outro lado, três dizem existir, sim, esse silenciamento, segundo elas a escola não comenta muito sobre o assunto em sala de aula e nem interfere na vida particular das alunas. Conforme uma das entrevistadas, esse silenciamento existe, mas apenas em partes.

Quatro das entrevistadas acreditam existir o silenciamento da escola em partes ou em sua totalidade, dizendo que isso se dá devido ao não envolvimento da escola com alunos e familiares para falar sobre isso, ou simplesmente, porque a escola prefere não interferir e silencia o caso.

Na soma total de dez pessoas entrevistadas, sete delas indicam que a escola se posiciona positivamente diante de uma gravidez na adolescência, fazendo um acompanhamento educacional no sentido de que haja continuidade nos estudos, fazendo um chamamento da família para ajudar a redirecionar essa adolescente que agora vivencia uma nova fase, e até mesmo a encaminhando para fazer os primeiros exames médicos.

As respostas de duas das colaboradoras desse estudo afirmam não saber a posição da escola diante de uma gravidez, enquanto que uma indica que a escola atua de forma negativa não interferindo quando casos assim acontecem.

Houve igualdade nas respostas, quando perguntado sobre a existência de uma posição consolidada na relação entre família e escola, pois quatro afirmam que existe sim uma consolidação entre as partes, e quatro negam existir essa relação. Duas afirmam que essa posição consolidada existe em partes, porque as famílias, na maioria das vezes evitam falar sobre esse assunto com a escola.

Foram dez dias úteis de espera pelo retorno das folhas de entrevistas, desconhecendo o motivo para tal, refletindo negativamente na apuração dos dados, levando em conta que o tempo hábil para a análise é curto.

Na 1ª escola pública estadual não está em evidente um silenciamento, pois seis das informações obtidas indicam não ocorrer tal fato, provavelmente isso aconteça devido à posição tomada pela escola no início de cada ano letivo, orientando os alunos sobre assuntos ligados à saúde, fazendo palestras explicativas sobre a vida sexual dos mesmos e posicionando-se de forma positiva diante de uma gravidez precoce, onde sete, das entrevistadas, percebem a atuação da escola que se aproxima da aluna quando isso ocorre, orientando-a para não abandonar os estudos e chamando a família para conversar.

De acordo com as informações repassadas, a família envolve-se pouco nas atividades da escola, provavelmente se houvesse um elo forte entre família e escola, parte desse pequeno silenciamento, não existiria.

Na 2ª Escola Pública Estadual, com Ensino Fundamental séries iniciais e finais, Ensino Médio e Ensino Fundamental Supletivo, a entrevista fez-se com a participação da diretora da escola, a qual possui formação em Matemática e respondeu três perguntas, a primeira sobre a existência de uma ação formal do educandário em relação à vida sexual das adolescentes, a segunda para saber de que forma a escola atua diante de uma gravidez precoce e a terceira em busca de uma autorização para entrevistar os profissionais atuantes nas escolas, jovens estudantes e também, pais e mães da escola.

Conforme relatado pela diretora, a escola não possui respaldo algum da instituição de ensino estadual, responsável em dar o apoio necessário no caso de ocorrer uma gravidez na adolescência, apenas interfere através de alguns professores que falam em sexualidade e gravidez dentro de suas disciplinas, mas não é uma exigência.

Existem casos de gravidez precoce envolvendo estudantes da escola, mas a totalidade não foi apurada, pois geralmente quando isso ocorre, a aluna evade da escola, ou por vergonha ou pelas limitações que passa a sofrer durante a gestação. Quando casos assim acontecem, a escola não possui participação efetiva junto a essa situação, pois na opinião da diretora, a adolescente grávida procura diretamente os órgãos da saúde, que são próprios para isso.

As folhas de entrevistas foram distribuídas pela própria diretora entre cinco alunas dos anos finais do Ensino Fundamental (7º, 8º e 9º) e cinco alunas do Ensino Médio (1º, 2º e 3º), não sendo permitido chegar aos pais e mães da escola.

Em resposta a primeira pergunta obteve-se unanimidade na afirmação da existência de um silenciamento da escola em relação à vida sexual das adolescentes, pois obteve-se dez afirmações sobre isso. Entre as variáveis que indicam de que maneira isso ocorre estão, a falta de orientação sobre riscos e prevenções, o assunto ser visto como tabu e por isso a escola prefere não falar sobre, a atenção somente para os componentes curriculares ou até mesmo a exclusão da adolescente no ambiente escolar.

A posição da escola no caso de uma gravidez na adolescência é evidenciada de forma negativa, pois nove das respostas dadas indicam que a posição sobre tal assunto é o silêncio, e uma afirma que a escola atua de forma positiva diante de uma gravidez, chamando a família para conversar sobre a situação.

No total de dez respostas, oito delas, mostram que a escola não possui uma relação consolidada com a família, segundo as mesmas, isso ocorre devido a não aproximação da família com o educandário. Uma entrevistada diz que a escola possui uma relação consolidada, mas apenas em partes, pois a família só comparece na escola em datas festivas, e outra, afirma desconhecer a existência dessa consolidação.

A diretora levou onze dias, para devolver as folhas de entrevistas, ocasionando um atraso significativo para a análise dos resultados. Segundo a mesma, o atraso ocorreu devido o seu esquecimento, em recolher as folhas já respondidas.

Conforme as respostas obtidas, observa-se o silenciamento claro da instituição em relação à vida sexual das adolescentes, devido a sua pouca atuação para tratar do assunto, a falta de diálogo com as alunas, a quase inexistente participação da família junto ao educandário, e a invisível presença do órgão responsável em respaldar as escolas estaduais

Dando seguimento na visitação aos educandários, chegou-se à 1ª Escola Pública Municipal, localizada também na região central do município, onde a entrevista fluiu através da recepção da diretora e da coordenadora pedagógica, ambas formadas em Pedagogia, e revezaram-se para responder as três perguntas, a primeira sobre a existência de uma ação formal do educandário em relação à vida sexual das adolescentes, a segunda para saber de que forma a escola atua diante de uma gravidez precoce e a terceira em busca de uma autorização para entrevistar os profissionais atuantes nas escolas, jovens estudantes e também, pais e mães da escola.

Demonstraram grande interesse sobre o problema de pesquisa, frisando a importância do estudo proposto, e principalmente da necessidade de dar continuidade ao tema, em uma próxima pesquisa.

Segundo a coordenadora, no ano corrente existem dois casos de gravidez precoce envolvendo estudantes, ambas do 8º ano do Ensino Fundamental. Uma delas com quatorze anos, no quinto mês de gestação, que está praticamente evadida e a outra com dezesseis anos,

no oitavo mês de gestação, que apesar da gravidez, esforça-se para terminar o ano letivo, inclusive obtendo boas notas.

Reforçado pela diretora, existe sim um silenciamento, em partes, sobre a gravidez na adolescência, pois a escola enfrenta dificuldades ao pedir auxílio ao órgão municipal responsável em respaldar a escola, geralmente recebe pouco retorno, pois somente palestras não são suficientes quando casos de gravidez já estão acontecendo. Frisa que é necessário pôr em evidência o assunto gravidez precoce, e quando ocorre um caso assim, é de suma importância aproximar-se da jovem gestante, dar apoio enquanto escola, envolvendo-se e não apenas falando sobre.

A distribuição das folhas de entrevistas foi feita pela diretora que as entregou para as alunas de 7º, 8º e 9º anos, e fez questão de devolver as mesmas preenchidas no tempo acordado para tal.

As respostas em relação ao silenciamento da escola se dividem entre sete respostas que afirmam não existir, pois segundo elas a escola faz palestras explicativas, conversa com as adolescentes e está sempre atuando positivamente, duas confirmam a existência, mas em partes, explicando que a escola reage sobre o assunto somente quando acontece algo ligado a isso, e uma indica que existe sim um silenciamento por parte da escola em relação à vida sexual das adolescentes, complementando que nunca assistiu nada sobre o assunto no ambiente escolar.

Quanto à posição da escola diante de uma gravidez precoce, as respostas obtidas, indicam que dentro das possibilidades a escola dá um respaldo às alunas, isso fica evidenciado para quatro das entrevistadas, enquanto que quatro desconhecem a posição da escola diante de tal fato e duas afirmam que a escola se posiciona de forma negativa, ficando inerte diante da situação.

A consolidação da relação escola e família quando no surgimento de uma gravidez precoce é inexistente, segundo a opinião de seis das entrevistadas, quatro delas afirmam existir sim, essa relação entre família e escola.

Conforme as respostas obtidas, fica claro que o elo entre família e escola precisa ser reforçado, podendo ser a ferramenta necessária para a diminuição desse pouco silenciamento existente no educandário, pois existem sim, ações significativas em relação à vida sexual das adolescentes, mas isso não está tão evidente, porque falta diálogo entre as partes, uma aproximação.

Ao chegar à 2ª Escola Pública Municipal, localizada longe da região central, a pesquisa foi realizada com a participação da vice-diretora da escola que é formada em Biologia, a qual reagiu com muito interesse em repassar as respostas sobre sexualidade e gravidez na adolescência, respondendo as três perguntas, a primeira sobre a existência de uma ação formal do educandário em relação à vida sexual das adolescentes, a segunda para saber de que forma a escola atua diante de uma gravidez precoce e a terceira em busca de uma autorização para entrevistar os profissionais atuantes nas escolas, jovens estudantes e também, pais e mães da escola.

Com as respostas obtidas, tornou-se possível perceber que a escola trabalha arduamente, tentando orientar os alunos quanto à prevenção e minimização da gravidez na adolescência, possuindo um projeto interno, onde todas as quintas-feiras são trabalhadas atividades sobre saúde na escola, e entre esses assuntos estão sexualidade e gravidez.

Contam com a participação dos profissionais que trabalham em campanhas ligadas à saúde e com um respaldo positivo do órgão municipal responsável em gerenciar os educandários municipais, pois os profissionais têm sido muito solícitos com o educandário no que diz respeito à gravidez precoce, mobilizando-se em fazer palestras de prevenção com o intuito de evitar o surgimento de casos de gravidez precoce, além de dar o apoio após

acontecer o fato, pois seguem acompanhando a adolescente até mesmo após o nascimento do bebê.

A escola está vivenciando alguns casos de gravidez precoce, e inclusive alguns deles com um agravante, a sífilis. Esse relato confirma o que foi dito pela entrevistada no órgão ligado à educação municipal, quando a mesma inclusive indicou a escola em questão, para ser analisada.

Na maioria dos casos, a adolescente está bem informada sobre os métodos contraceptivos, porém o descuido é o principal problema envolvendo a gravidez, as gestações têm sido fruto da frase “comigo não vai acontecer”, diz a vice-diretora.

Complementa, que casos de sífilis já atingem muitos jovens da comunidade onde está situado o educandário, e essa afirmação bate com as informações fornecidas pelo órgão municipal ligado à educação.

As entrevistas foram feitas com quatro professoras e seis alunas, pessoas essas indicadas pela vice-diretora, não sendo permitida a entrevista com pais e mães da escola.

Em relação à vida sexual das adolescentes, oito das respostas demonstram que realmente existe um trabalho feito dentro da escola, e que esse silenciamento não está ocorrendo. Conforme as informações recebidas, o educandário fala abertamente com as alunas, além de fazer palestras explicativas e atividades ligadas ao assunto.

Uma colaboradora indica que esse silenciamento ocorre em partes, pois nem todas as alunas aceitam falar sobre isso e outra entrevistada afirma a existência do mesmo, devido o pouco conhecimento sobre o assunto, pois segundo a opinião da mesma, a escola não possui profissionais preparados para dar uma atenção especial às alunas.

A escola atua de forma positiva diante de uma gravidez precoce, pois de acordo com a totalidade dessas entrevistadas, essa atuação vai do diálogo com as estudantes e familiares, até as atividades que o educandário oferece, incluindo palestras informativas e o acompanhamento imediato da adolescente na tentativa de evitar o abandono aos estudos.

A relação entre família e escola, não está totalmente consolidada, pois a mesma posiciona-se até onde é possível, visto que em algumas das respostas obtidas, as famílias são muito fechadas para esse tipo de diálogo. Obteve-se cinco respostas indicando que não existe essa relação consolidada entre família e escola, três afirmam que essa relação existe em partes e duas demonstram que existe sim essa consolidação.

Na 2ª escola pública municipal existe um silenciamento em partes, pois o educandário reflete positivamente em relação à vida sexual das adolescentes e diante de uma gravidez precoce, inclusive recebendo o respaldo do órgão responsável pelas escolas municipais.

A relação entre escola e família está carente de aproximação, pois a escola busca por isso, mas as famílias aprisionam-se em um círculo cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo propôs levantar opiniões sobre ações entre escola e família, buscando encontrar um respaldo no processo de informação, prevenção e minimização da gravidez na adolescência, mas não foi possível obter informações através de pais e mães das alunas, pois não houve essa autorização das escolas analisadas, tornando essa possibilidade nula.

O que se percebe, através das informações repassadas pelas escolas em questão, é que a família, “entra” depois da gravidez, o aporte sempre é dado depois, e na maioria das vezes as famílias acompanham, abnegadas na orientação da adolescente, demonstrando que as posições estão inversas, a família confunde criar com educar, e repassa algumas obrigações para a escola, sem observar se a adolescente pede auxílio por dificuldade em conteúdos escolares ou simplesmente necessita de um apoio emocional.

A falha não está apenas nas poucas políticas públicas voltadas para a saúde adolescente, a relação entre escola e família está carente de diálogo, de aproximação, pois talvez o silenciamento diminua em algumas das escolas, se esse vínculo for reforçado.

O resultado da pesquisa propiciou a compreensão da existência de um silenciamento das escolas, em partes, relacionado à vida sexual das adolescentes; da participação positiva dos órgãos municipais da educação e da saúde diante de uma gravidez precoce; da negligência do órgão institucional responsável em respaldar as escolas estaduais; da frágil relação entre escola e família no momento de atuar diante de uma gravidez na adolescência.

Em suma, o grande obstáculo encontrado para diminuir o silenciamento da escola em relação à vida sexual das adolescentes e no surgimento de uma gravidez precoce, é a falta de envolvimento e de uma relação consolidada entre os atores envolvidos.

O processo de aprendizagem não pode ser restrito apenas ao ambiente escolar, e a família não pode ser considerada parte isolada que só pode existir em casa, porque o desenvolvimento dessas adolescentes é influenciado por todos os espaços que elas frequentam, então essa parceria escola e família é fundamental nesse processo de crescimento e mudanças.

Sugere-se aos órgãos da educação e saúde:

Livrarem-se de aspectos culturais arcaicos, buscando implementar estratégias em áreas bem definidas, como por exemplo, na capacitação de profissionais que atendam ao público jovem.

Uma divulgação efetiva das campanhas relacionadas à saúde na adolescência.

Buscar a junção entre escola e família, como forma de reforçar o elo em prol das adolescentes.

Construção e adequação de espaços próprios para atender adolescentes com gravidez de risco, e desse modo, podendo dedicar os recursos e o tempo requeridos para obter sucesso diante das situações encontradas.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. **A Adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores.** Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Campinas, v.11, n.1, p.63-76, jan./jun., 2007.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 8º, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso: em 24 ago.2019.

BREUS, Thiago Lima. **Políticas Públicas no Estado Constitucional.** Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2007.

CRUZ, A. P. C. **Um novo olhar para a gravidez na adolescência.** Proposta de Plano de Ação. P.23. Minas Gerais. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. - São Paulo; Atlas, 2010.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar.** Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro, São Paulo, 2004, p.33

- MACEDO, S. R. H.; MIRANDA, F. A. N.; PESSOA JÚNIOR, J. M.; NÓBREGA, V. K. M. **Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 66, n. 1, p. 103, 2013.
- MARTINS, G. A., **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**, 2ed., 2009.
- MORAES, S. P.; VITALLE, M. S. S. **Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência.** Rev. Assoc. Med. Bras., São Carlos do Pinhal, 58 (1), 48-52, 2012.
- OSÓRIO, L. C. **Adolescente hoje.** 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano.** 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- SANTOS, I. A.; RUBIO, J. A. S. A. **Orientação sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental: possibilidades e desafios.** Revista Eletrônica Saberes da Educação, São Roque, 4(1), 2013.
- SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cengage Learning, São Paulo, 2013.
- WITTER, G., GUIMARÃES, E. **Percepções de adolescentes grávidas em relação a seus familiares e parceiros.** Psicologia: ciência e profissão, Brasília, v. 28, n. 3, p. 548-557, set., 2008.

APÊNDICE A – ENTREVISTA NO ÓRGÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Ao órgão Municipal da Educação

Entrevista referente ao trabalho de conclusão de curso, criado pela acadêmica ROSELAINÉ PINTO KAUBE, do 6º semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Federal do Pampa, que está realizando a pesquisa intitulada “A VIDA SEXUAL DAS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DESSA INICIAÇÃO PRECOCE”. O caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade do (a) entrevistado (a). Espera-se contar com sua colaboração para a execução e produção de dados em sua instituição, através das seguintes perguntas:

- 1- Há alguma ação formal do Órgão Municipal da Educação, em relação à vida sexual das adolescentes?
- 2- Como atua no surgimento de uma gravidez precoce?
- 3- Existe a possibilidade de realizar a pesquisa em escolas municipais?
- 4- Quais?

Acadêmico (a) Pesquisador (a)

Colaborador (a) da Instituição

APÊNDICE B – ENTREVISTA NO ÓRGÃO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO

Ao órgão Estadual da Educação

Entrevista referente ao trabalho de conclusão de curso, criado pela acadêmica ROSELAINÉ PINTO KAUBE, do 6º semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Federal do Pampa, que está realizando a pesquisa intitulada “A VIDA SEXUAL DAS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DESSA INICIAÇÃO PRECOCE”. O caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade do (a) entrevistado (a). Espera-se contar com sua colaboração para a execução e produção de dados em sua instituição, através das seguintes perguntas:

- 1- Há alguma ação formal do Órgão Estadual da Educação, em relação à vida sexual das adolescentes?
- 2- Como atua no surgimento de uma gravidez precoce?
- 3- Existe a possibilidade de realizar a pesquisa em escolas estaduais?
- 4- Quais?

Acadêmico (a) Pesquisador (a)

Colaborador (a) da Instituição

APÊNDICE C – ENTREVISTA NO ÓRGÃO MUNICIPAL DA SAÚDE

Ao órgão Municipal da Saúde

Entrevista referente ao trabalho de conclusão de curso, criado pela acadêmica ROSELAINÉ PINTO KAUBE, do 6º semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Federal do Pampa, que está realizando a pesquisa intitulada “A VIDA SEXUAL DAS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DESSA INICIAÇÃO PRECOCE”. O caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade do (a) entrevistado (a). Espera-se contar com sua colaboração para a execução e produção de dados em sua instituição, através das seguintes perguntas:

- 1- Há alguma ação formal do Órgão Municipal da Saúde, em relação à vida sexual das adolescentes?
- 2- Como atua no surgimento de uma gravidez precoce?

Acadêmico (a) Pesquisador (a)

Colaborador (a) da Instituição

**APÊNDICE D – ENTREVISTA COM REPRESENTANTES LEGAIS DAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL**

À Instituição Pública de Ensino da Rede Municipal

Entrevista referente ao trabalho de conclusão de curso, criado pela acadêmica ROSELAINÉ PINTO KAUBE, do 6º semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Federal do Pampa, que está realizando a pesquisa intitulada “A VIDA SEXUAL DAS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DESSA INICIAÇÃO PRECOCE”. O caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade do (a) entrevistado (a). Espera-se contar com sua colaboração para a execução e produção de dados em sua instituição, através das seguintes pergunta:

- 1- Há alguma ação formal, da Instituição de Ensino Municipal, em relação à vida sexual das adolescentes?
- 2- Como o órgão atua diante de uma gravidez precoce?
- 3- Há a possibilidade de entrevistar dez pessoas do educandário, e entre elas, funcionários/as, alunas, pais e mães?

Acadêmico (a) Pesquisador (a)

Colaborador (a) da Instituição

**APÊNDICE E – ENTREVISTA COM REPRESENTANTES LEGAIS DAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DA REDE ESTADUAL**

À Instituição Pública de Ensino da Rede Estadual

Entrevista referente ao trabalho de conclusão de curso, criado pela acadêmica ROSELAINÉ PINTO KAUBE, do 6º semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão

Pública, na Universidade Federal do Pampa, que está realizando a pesquisa intitulada “A VIDA SEXUAL DAS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DESSA INICIAÇÃO PRECOCE”. O caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade do (a) entrevistado (a). Espera-se contar com sua colaboração para a execução e produção de dados em sua instituição, através das seguintes perguntas:

- 1- Há alguma ação formal da Instituição de Ensino Estadual, em relação à vida sexual das adolescentes?
- 2- Como o órgão atua diante de uma gravidez precoce?
- 3- Há a possibilidade de entrevistar dez pessoas do educandário, e entre elas, funcionários/as, alunas, pais e mães?

Acadêmico (a) Pesquisador (a)

Colaborador (a) da Instituição

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM AS DEZ PESSOAS DOS EDUCANDÁRIOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, AUTORIZADAS A COLABORAR COM A PESQUISA

Entrevista referente ao trabalho de conclusão de curso, criado pela acadêmica ROSELAINÉ PINTO KAUBE, do 6º semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Federal do Pampa, que está realizando a pesquisa intitulada “A VIDA SEXUAL DAS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DESSA INICIAÇÃO PRECOCE”. O caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do (a) entrevistado (a).

Partindo das incógnitas desse estudo, pergunta-se:

- 1 – Em seu entendimento, é possível dizer que haja um silenciamento da escola, em relação à vida sexual das adolescentes?
- 2 – Se esse silenciamento estiver ocorrendo você pode descrever de que maneira isso ocorre?
- 3 – Como a escola se posiciona no caso de uma gravidez na adolescência?

4 – Existe uma posição consolidada, na relação entre família e escola, quando no surgimento de uma gravidez precoce?